

**Projetos para Votação em Plenário**

<b>1) PL 231/2010</b>	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação			
ACRESCENTA O SUBITEM 16.2.2.1 AO ITEM 16.2.2 DA SEÇÃO 16.2 DO CAPÍTULO 16 DO ANEXO I DA LEI 11.228, DE 25/06/1992, O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, DE MODO A ESTABELECEER A OBRIGATORIEDADE DE PORTAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ED. INFANTIL, CRECHES, ESCOLAS MATERNAIS, PRÉ-ESCOLAS E SIMILARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 08/10/2014;

Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 2 (duas) sessões em 02/09/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;

Adiado por 3 (três) sessões em 16/09/2015 a pedido do Ver. Nelo Rodolfo;

Adiado por 6 (seis) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

**ASSUNTO:** acrescenta o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternais, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternais, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 11/12).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou audiências públicas (fls. 13/26 – menção do PL a fl. 15 – e fls. 27/36 – menção a fl. 33 – não houve oradores inscritos), exarando parecer favorável com substitutivo, com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica (fls. 38/39).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** solicitou informações ao Executivo (fl. 40), com resposta a fls. 44/59:

- "... reiteramos nosso posicionamento no sentido de que a propositura em tela não é matéria a ser inserida no Código de Obras..." – CEUSO - Comissão de Edificações e Uso do SOLO/SEHAB (fl. 49);  
- " esta Assessoria Técnica considera que o Projeto de Lei em tela não detém suporte suficiente para entendê-lo como condição imprescindível ao funcionamento das instituições de educação infantil, haja vista as diferentes oportunidades de regulamentação da questão sem que o tema tenha sido abordado... o Projeto... não cumpre sua funcionalidade, razão pela qual somos pelo seu veto" – Assistência Técnica SME (fl. 56);

Essa Comissão exarou parecer **favorável** "nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30" (fls. 60/61). O **substitutivo** altera a redação da seguinte forma: os novos estabelecimentos **poderão** ter suas portas conforme o pretendido, enquanto que as escolas já existentes **deverão** adaptar-se gradativamente, com ampliação do prazo de 120 dias para 2 anos. Há voto vencido contrário (fls. 62/63).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 64).

**Relator da Comissão de Finanças e Orçamento:** quesitos ao Executivo (fl. 67), com resposta a fls. 69/84, concluindo "no sentido da inviabilidade da proposta" (fl. 69). **Manifestação da Secretaria Municipal de Educação: (fl. 80)** "(...) esclareço que à vista da manifestação da:- SEHAB, que por meio da Assessoria Técnica da Comissão de Edificações e Uso do Solo-CEUSO, reconhece a meritória intenção do autor do projeto, que visa garantir a segurança das crianças no ambiente pré-escolar, mas considera não ser matéria a ser inserida no Código de Obras e Edificações-COE, uma vez que este disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos e executivos, não determinando especificações relativas a materiais, acabamentos e/ou equipamentos a serem instalados nas edificações (fls. 13 a 15);

- SME/AT que informa que após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar as questões relativas à infraestrutura das instituições de educação infantil providenciando o seu cumprimento, uma vez que os demais atos normativos que regem a matéria permanecem inalterados (fls. 21 a 25),

esta Pasta corrobora com a manifestação de SEHAB/CEUSO de que o Projeto de Lei nº 231/10 não cumpre sua funcionalidade, inviabilizando a regulamentação em referência" (fl. 80).

**Manifestação da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras:** "(...) informo que não foi elaborado um projeto específico para atender a exigência do PL. nº 231/10, visto que todas as Comissões e Secretarias manifestaram um parecer contrário ao proposto no mencionado Projeto de Lei. O valor mencionado no orçamento em anexo refere-se ao preço unitário das portas já utilizadas em Creches Municipais, considerando também:

- Custo de remoção da existente
- Substituição de ferragens

Desta forma, para obter o valor total da operação, deve-se multiplicar o valor orçado pelo número de portas existentes nos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação” (fl.81). Consta na fl.82 os valores por unidade, mencionados anteriormente, totalizando R\$ 568,99/porta.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

*Art. 4º ...*

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

Relatório elaborado por: Gilberto Rodrigues Hashimoto  
Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

## PROJETO DE LEI Nº 231/2010

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, visa acrescentar o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternais, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternais, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica.

Por seu turno, a colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também propôs alterações “nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 318/2011	Ver. CHICO MACENA (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE O "PROGRAMA DE FÉRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

**ASSUNTO:** autoriza o Poder Executivo a criar o “Programa de Férias na Educação Infantil”, a ser realizado no mês de janeiro, que corresponde às férias escolares, e no período de julho, que corresponde ao recesso escolar, em período integral. O programa contempla os CEIs – Centros de Educação Infantil e EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, e tem como objetivo proporcionar às crianças das CEIs e EMEIs atividades recreativas, culturais e de lazer.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 56 e 57)

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável (fls. 60 e 61)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou duas audiências públicas (fls. 62 a 72 e 73 a 86) com citações a fls. 65, 66 e 79. A vice-presidente da Aprofem afirmou que “Para tratar de atendimento ininterrupto não precisa ser necessariamente com a figura do professor. Então, é preciso, sim, fazer esse papel social da educação, esse papel de cuidar das crianças em um período em que o educador precisa descansar.” (...) / (...) “No Município temos visto os programas instalados nas CEIs em que o próprio professor foi obrigado a permanecer lá e a finalidade desse atendimento não era, necessariamente, a continuidade do processo pedagógico, mas era simplesmente o atendimento a essas crianças em períodos de férias” (...) / (...) “já vínhamos defendendo, desde que for aprovado um projeto de lei do Executivo que criou o Calendário Escolar, que fosse feito algo parecido com o que já existe na rede que se chama Recreio nas Férias, que tem outro foco. Ninguém vai lá para ter aulas, mas tem atividades e coisas importantes para o desenvolvimento e tem um atendimento dado pelo Poder Público, mas não necessariamente com o professor.” (fl. 65) (...) / (...) “Estou falando como Presidente do Sindicato da Educação Infantil e gostaria que pudesse haver essa correção para que a rede não vivencie a angústia que ocorreu este ano, quando os trabalhadores de CEI tiveram que, contra sua vontade, trabalhar no recesso de inverno.” (fl. 66).

Foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 87) com respostas nas fls. 90 a 101, com “manifestação de veto total à propositura em questão” (fl. 94). A Secretaria de Educação informou que ela “já conta com programação de atividades nos meses de janeiro e julho, períodos regulamentados com férias e recesso escolar, respectivamente, sob o compromisso do atendimento integral às necessidades da criança e do adolescente, entende-se que os efeitos emanados pelo Projeto de Lei deixam de ter a funcionalidade pretendida, vez que as medidas já implantadas, implementadas e em desenvolvimento no âmbito da SME [Secretaria Municipal de Educação] já potencializam a ação do efetivo e cabal atendimento nos aspectos educativo, cultural, recreativo e de lazer, conforme indica a propositura.” (fl. 92).

Por fim, a Comissão exarou parecer contrário (fls. 102 a 104), considerando: a) as informações apresentadas pelo Poder Executivo, quanto ao atendimento da demanda formulada pelo Projeto de Lei através de ações já desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação; b) o parecer desfavorável do Poder Executivo quanto ao caráter oportuno da propositura e à sua pertinência; c) as discussões e entendimentos construídos no âmbito do Conselho Nacional de Educação.

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 105) com respostas nas fls. 108 a 112.

-“As despesas decorrentes de Alimentação Escolar envolvem diversos setores, incluindo o SME/Departamento de Alimentação Escolar, o que extrapola o âmbito desta SME/ATP.” – Secretaria Municipal de Educação – Assessoria Técnica e de Planejamento (fl. 108)

-“A SME desenvolve o Programa Recreio nas Férias, com o propósito de ‘apresentar um novo conceito de lazer e formação lúdica/cultural com integrantes do processo educacional’. Engloba crianças e adolescentes de 4 a 14 anos de idade e ocorre nas férias e no recesso escolar. No período, a alimentação escolar é fornecida por meio do SME/DAE. A SME propõe também atividades de formação continuada

para as equipes docentes, em diferentes linguagens artísticas, visando ao Projeto Territórios da Infância, parte integrante do Programa São Paulo Carinhosa, instituído pelo Decreto nº 54.278/2013. Os profissionais envolvidos devem atuar de acordo com as concepções contidas na Proposta de Política Pública para a Educação Infantil” – idem (fl. 108 e 109)

– “Com base no exposto, ratificamos posicionamento anterior desta Pasta, segundo o qual o PL nº 318/11 não dispõe de condições para continuidade.” – idem (fl. 109)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto de lei, caso aprovado, gerará despesas obrigatórias de caráter continuado.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 318/2011**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Chico Macena, visa autorizar o Poder Executivo a criar o “Programa de Férias na Educação Infantil”, a ser realizado no mês de janeiro, que corresponde às férias escolares e no período de julho, que corresponde ao recesso escolar, em período integral. O Programa contempla os CEIs – Centros de Educação Infantil e EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, e tem como objetivo proporcionar às crianças das CEIs e EMEIs atividades recreativas, culturais e de lazer.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

<b>3) PL 513/2012</b>	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DESTINAÇÃO ADEQUADA DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 6 (seis) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação adequada das águas subterrâneas provenientes da execução de obras.

A propositura estabelece que não será permitido o lançamento, diretamente na rede de drenagem municipal, das águas subterrâneas provenientes da execução de obras de edificações ou de infraestrutura, públicas e privadas, sem a prévia autorização do órgão municipal ao qual compete o gerenciamento do sistema de drenagem do Município, mediante aprovação de projeto a ser apresentado pelo responsável pela obra.

Segundo o art. 2º, as águas extraídas do subsolo urbano na hipótese desta Lei poderão ser reutilizadas desde que para finalidade compatível com sua qualidade e potabilidade.

O art 3º não autoriza o lançamento, na rede de drenagem municipal, da água retirada do subsolo de áreas cadastradas pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento de áreas contaminadas, nos diferentes níveis de governo, que se encontre em processo de investigação ou que já estejam identificadas como contaminadas pelo Poder Público.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “inserir no projeto uma multa pelo seu descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador, sob ofensa ao princípio da legalidade”. (fls. 66-69).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** foram realizadas duas audiências públicas às folhas 70-74 (com menção ao projeto às folhas 70 e 72).

Parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 75).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A presente propositura, se aprovada, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 513/2012**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa dispor sobre a obrigatoriedade da destinação adequada das águas subterrâneas provenientes da execução de obras.

A propositura estabelece que não será permitido o lançamento, diretamente na rede de drenagem municipal, das águas subterrâneas provenientes da execução de obras de edificações ou de infraestrutura, públicas e privadas, sem a prévia autorização do órgão municipal ao qual compete o gerenciamento do sistema de drenagem do Município, mediante aprovação de projeto a ser apresentado pelo responsável pela obra.

Segundo o art. 2º, as águas extraídas do subsolo urbano na hipótese desta Lei poderão ser reutilizadas desde que para finalidade compatível com sua qualidade e potabilidade.

O art 3º não autoriza o lançamento, na rede de drenagem municipal, da água retirada do subsolo de áreas cadastradas pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento de áreas contaminadas, nos diferentes níveis de governo, que se encontre em processo de investigação ou que já estejam identificadas como contaminadas pelo Poder Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade

com apresentação de substitutivo a fim de “inserir no projeto uma multa pelo seu descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador, sob ofensa ao princípio da legalidade”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 538/2012	Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT)	Votação				
DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NOS CRUZAMENTOS DE ACESSO NAS VIAS PÚBLICAS DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM RELAÇÃO AO VEÍCULO INDIVIDUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .			Favor	Contra	Abst.	
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	
		Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-		

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** visa estabelecer prioridade de passagem de veículos destinados ao transporte público sobre veículos de transporte individual em cruzamentos de vias públicas. A propositura dispõe ainda que eventuais infratores desta regra de trânsito receberão multa de média gravidade, com os valores e pontos previstos na legislação de trânsito, e que será desenvolvida campanha de orientação dos motoristas antes da entrada em vigor da nova regra.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com substitutivo que adapta a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 28-31).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 32).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** apresentou quesitos ao Executivo (fls. 33). Em sua resposta (fls. 35-44), o Executivo tece, entre outras, as seguintes considerações:

- i) “Salientamos (...) que a legislação de trânsito vigente, prevê a possibilidade de priorizar a passagem dos veículos destinados ao transporte público coletivo em cruzamentos, notadamente em locais sinalizados com semáforo, com programação específica para tal operação.

(...)

Diante do exposto, somos favoráveis à ideia da preferência dos veículos que realizam o

- transporte coletivo desde que em harmonia com a legislação de trânsito”, fls. 37.
- ii) “A proposta contraria os artigos 2º e 22, inciso XI da Constituição Federal, que outorga à União competência exclusiva para legislar sobre trânsito e transporte (...)  
Além da citada inconstitucionalidade, há vício de iniciativa porquanto, contraria o artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica do Município, que define a competência exclusiva do Executivo em administrar a utilização das vias públicas, bens de uso comum do povo.  
Nota-se, ainda, infringência ao art. 37, §2º, inciso IV, eis que em virtude de o conteúdo da norma tratar de matéria típica de gestão administrativa, dispondo sobre serviço público e, assim, deve ser disciplinada exclusivamente pelo Poder Executivo, por situar-se na esfera de competência privativa do Sr. Prefeito.  
(...)  
Por conseguinte, a matéria está minudentemente regulamentada por quem de direito, sendo de todo ilegítimo e inócuo o projeto de lei, em face de já se pautar o Município pelas regras nacionais em vigor”, fls. 38-41.
- iii) “As disposições do Projeto de Lei foram devidamente analisadas pelo Departamento de Operação do Sistema Viário (...) e as razões levantadas pela área jurídica são suficientes para fundamentar o veto total ao Projeto de Lei supramencionado.  
Além das razões apresentadas pelo DSV, o projeto padece de vício de iniciativa, eis que a competência para legislar sobre a matéria é privativa do Chefe do Executivo Municipal”, fls. 43.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura impacta a despesa pública através de custos de fiscalização de suas disposições, os quais, supõe-se, que são absorvíveis dentro da atual estrutura municipal de fiscalização de trânsito, e de custos de elaboração e implementação da campanha de orientação dos motoristas, cujo impacto sobre a despesa sugeriu-se que fosse dimensionado por meio de quesitos ao Executivo. O Executivo, em sua manifestação em resposta a quesitos elaborados por esta Comissão, não se manifestou sobre o tema (ver acima).

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal

(Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 538/2012**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Ferreira dos Santos – Zelão, visa estabelecer prioridade de passagem de veículos destinados ao transporte público sobre veículos de transporte individual em cruzamentos de vias públicas.

A propositura dispõe ainda que eventuais infratores desta regra de trânsito receberão multa de média gravidade, com os valores e pontos previstos na legislação de trânsito, e que será desenvolvida campanha de orientação dos motoristas antes da entrada em vigor da nova regra.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Contudo, para adaptar a propositura a melhor técnica de elaboração legislativa, sugere-se o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 538/2012**

Dispõe sobre a preferência nos cruzamentos de acesso nas vias públicas de veículos destinados ao transporte público coletivo em relação ao veículo individual, e dá outras providências.

A Câmara Municipal DECRETA:

Art. 1º Nos cruzamentos, o veículo destinado ao transporte público coletivo tem preferência de acesso nas vias públicas em relação ao acesso de veículo individual.

Parágrafo único. O condutor do veículo individual deverá parar nos cruzamentos e aguardar a passagem do veículo de transporte público coletivo.

Art. 2º O descumprimento desta regra de trânsito na Cidade de São Paulo ensejará multa de média gravidade, aplicando-se os valores e pontos previstos na legislação de trânsito.

Art. 3º A Prefeitura de São Paulo regulamentará a presente lei em 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Antes de iniciar a validade dessa nova regra de trânsito, os órgãos públicos, nas suas respectivas competências, **desenvolverão** campanha de orientação dos motoristas sobre a nova regra de trânsito na Cidade de São Paulo.

Art. 5º As despesas **decorrentes da execução desta lei** correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 239/2013	Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PP)	Votação			
PERMITIR O USO DAS FAIXAS EXECUTIVAS DE ÔNIBUS, OS CHAMADOS CORREDORES, PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PARTICULARES EM DETERMINADOS HORÁRIOS E DIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** permite o uso das faixas exclusivas de ônibus, os chamados corredores, para circulação de veículos particulares em determinados horários e dias na Cidade de São Paulo.

Pelo art. 1º da proposição, ficaria autorizada a circulação dos veículos particulares sobre a faixa exclusiva de ônibus em dias e horários determinados que, conforme o art. 2º, seriam: dias úteis, entre 23h e 4h do dia seguinte; nos finais de semana, com início aos sábados às 15h até 4h da segunda-feira; e nos feriados, a partir da 0h01 até às 4h do dia seguinte.

O art. 3º veda a inclusão de veículos de carga, de tração animal e de bicicletas nesta exceção. Por seu turno, o art. 4º proíbe o embarque e desembarque de passageiros ao longo dos corredores.

A CET ficaria obrigada, pelo art. 5º, a colocar placas indicativas nestes corredores contendo essas informações, bem como a disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo especificado no texto, para conscientização dos motoristas.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 52/54), “na forma do seguinte Substitutivo proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 53). Ressalte-se que o substitutivo altera a forma de publicidade da permissão:

Art. 5º do texto original	Art. 4º do substitutivo
Art. 5º - A CET se obriga a colocar placas indicativas nestes corredores contendo estas informações, bem como disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo de 180 para conscientização dos motoristas.	Art. 4º Caberá ao órgão técnico competente promover a publicidade do disposto nesta lei através da instalação de painéis luminosos e placas informativas, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para a conscientização dos motoristas.

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 55/56), com apresentação de substitutivo que altera a redação do art. 2º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:

<b>Art. 2º do substitutivo de CCJLP</b>	<b>Art. 2º do substitutivo de CAP</b>
Art. 2º O disposto nesta lei não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada.	Art. 2º O disposto nesta lei não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls. 57).

**Comissão de Finanças e Orçamento:**

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 58), com resposta a fls. 60/73:

- "... a portaria é o instrumento apropriado para veicular as normas operacionais em causa, dada a sua possibilidade de alteração ou revogação a qualquer momento; as leis, ao contrário, dependem de processo complexo para eventual modificação. Decisão dessa natureza não pode ser definitiva e consagrada mediante lei, da qual adviriam sérios transtornos para o Executivo, proibido que estaria de agir prontamente no exercício de seu poder-dever de bem gerenciar a circulação do trânsito, de acordo com os indicadores temporais, espaciais e circunstanciais provenientes de estudos efetuados por seus órgãos técnicos especializados... Além disso, o projeto ao autorizar os veículos particulares a utilizarem a totalidade de corredores de ônibus revela-se desprovido de embasamento técnico. Ora, nem todos podem suportar outros meios de transporte, pois, tornar-se-ia prejudicial ao tráfego em geral" – SMT - Secretaria Municipal de Transportes – Departamento de Operação do Sistema Viário – Assistência Jurídica (fls. 62/63);

- "... Com relação ao quesito '4'[*Qual a opinião do Executivo sobre a matéria?*], o DSV-AJ já se manifestou contrariamente ao presente PL... por considerar que a portaria é o instrumento apropriado para veicular as normas operacionais em causa, dada a sua possibilidade de alteração ou revogação a qualquer momento, já que o trânsito é sujeito a várias variáveis que sofrem alterações no tempo e no espaço físico" - Departamento de Operação do Sistema Viário – Assessoria Técnica (fls. 64);

- "Primeira questão [*A fiscalização do pretendido pela propositura pode ser realizada pelo quadro de funcionários e estrutura já existentes?*], a fiscalização já é realizada pelo sistema existente, há uma rede de câmeras que fiscalizam a presença de automóveis nas faixas exclusivas e corredores geridos pelo atual quadro da CET. Segunda questão [*Qual a estimativa de custos de fiscalização do pretendido pelo projeto? Qual seu impacto sobre a folha de pagamento, tendo em vista incluir fiscalização no período noturno?*], não é possível fazer estimativas de custos pois não está definido o escopo do projeto de lei, consideramos faixas exclusivas diferentes de corredores de ônibus, e já é permitido o tráfego de veículos nas faixas exclusivas, nos horários do Projeto de Lei. Terceira questão [*Quais os custos com a instalação de placas, conforme determinado pelo art. 5º do texto original? O substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa trata do tema em seu art. 4º, estabelecendo que "Caberá ao órgão técnico competente promover a publicidade do disposto nesta lei através da instalação de painéis luminosos e placas informativas, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias". Qual o entendimento do Executivo a respeito de determinar o prazo das placas informativas para 180 dias?*], considerando a resposta anterior, também fica prejudicado o levantamento de custos de sinalização, posto que não há definição de qual é o escopo do projeto" – CET – Parecer Técnico (fls. 69).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Conforme análise do Executivo, a norma adequada, do ponto de vista técnico, seria a portaria, e não uma

lei, tendo em vista a natureza do assunto. Quanto ao impacto orçamentário-financeiro, “não é possível fazer estimativas de custos pois não está definido o escopo do projeto de lei”.

Ou seja, em tese, poderia haver geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, tanto nos aspectos de fiscalização como nos de execução, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia / Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 239/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Edemilson Chaves, visa permitir o uso das faixas exclusivas de ônibus, os chamados corredores, para circulação de veículos particulares em determinados horários e dias na Cidade de São Paulo.

Pelo art. 1º da propositura, ficaria autorizada a circulação dos veículos particulares sobre a faixa exclusiva de ônibus em dias e horários determinados que, conforme o art. 2º, seriam: dias úteis, entre 23h e 4h do dia seguinte; nos finais de semana, com início aos sábados às 15h até 4h da segunda-feira; e nos feriados, a partir da 0h01 até às 4h do dia seguinte.

O art. 3º veda a inclusão de veículos de carga, de tração animal e de bicicletas nesta exceção. Por seu turno, o art. 4º proíbe o embarque e desembarque de passageiros ao longo dos corredores. A CET ficaria obrigada, pelo art. 5º, a colocar placas indicativas nestes corredores contendo essas informações, bem como a disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo especificado no texto, para conscientização dos motoristas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

A colenda Comissão de Administração Pública também ofereceu substitutivo que altera a redação do art. 2º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. A redação desse art. 2º, no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa estabelece que o disposto no projeto não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada; o texto do substitutivo da Comissão de Administração Pública mantém esse texto, acrescentando que ficariam ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 564/2013	Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
INSTITUI O PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - VAI COMUNICA - NO ÂMBITO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas de Comunicação Social - VAI Comunica - no âmbito da Secretaria Executiva de Comunicação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, iniciativas de comunicação com foco informativo ou jornalístico, que promovam a diversidade, a transparência e/ou o acesso à informação.

O projeto define como objetivos do Programa VAI Comunica fomentar a produção e difusão de conteúdo informativo ou jornalístico cujos produtores que não tem acesso ou tem dificuldade de acesso às fontes de financiamento privado; potencializar a apropriação dos meios de comunicação e o exercício do direito humano à comunicação pelos mais diversos setores sociais e contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na cidade de São Paulo.

Determina que poderão ser destinados ao Programa VAI Comunica recursos provenientes de contratos de doação sem encargos, no âmbito da comunicação social, celebrados entre instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e a Secretaria Executiva de Comunicação, e que são passíveis de apoio as iniciativas cujo conteúdo é veiculado por rádios comunitárias, blogs e sites, iniciativas de mídia livre, inclusive de indivíduos, jornais e revistas e emissoras de TV comunitárias, dentre outros.

Restringe o conteúdo original a mínimo 70% do material produzido com recursos do VAI Comunica, veda a inclusão de publicidade no conteúdo produzido com recursos do VAI Comunica e proíbe a aplicação de recursos do Programa VAI Comunica em projetos de autopromoção, de cunho partidário, religioso ou que atentem contra direitos humanos, além de projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

O projeto estabelece que poderá concorrer a recursos do Programa VAI Comunica toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede comprovados no Município de São Paulo há no mínimo 02 (dois) anos, vedando os funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.

Em seu Art 7º são apresentadas as informações que devem conter os projetos interessados em concorrer aos recursos do VAI Comunica, limita a 20% do total do orçamento os recursos utilizados na aquisição e compra de equipamentos e estabelece que as atividades a serem desenvolvidas devem estar distribuídas em um cronograma com prazo máximo de 12 (doze) meses.

No Art. 9º, define que o valor destinado a cada proposta será de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), de acordo com as necessidades do projeto e determina que esse valor será repassado em até 03 (três) parcelas, a critério da Comissão Julgadora, além de prever a correção desse valor.

No Art. 10º, estabelece também que todas as propostas aprovadas deverão resultar em produtos e conteúdos gratuitos, de licenciamento aberto para a sociedade.

Finalmente, o projeto também cria a Comissão Julgadora do Programa VAI Comunica, com a finalidade de selecionar as propostas que concorrerão aos recursos do programa, além de determinar sua formação e forma de atuação.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 88 a 90)

**Comissão de Administração Pública:** favorável, com apresentação de substitutivo “a fim de contribuir com as discussões acerca do projeto, (sugerindo a alteração da redação no artigo 4º), inserindo parágrafos que buscassem a maior participação possível de diferentes proponentes, bem como o equilíbrio na oferta de recursos aos projetos contemplados neste e em outros projetos análogos realizados pelo Poder Público. Além disso, quanto à composição da Comissão Julgadora para o Programa Vai Comunica, prevista no artigo 11 do projeto, sugerimos outras alterações, tendo como base leis municipais que possuem similaridade em seus objetivos propostos. Nesse sentido, propomos parâmetros para a sua remuneração, limites quanto à sua composição, prazo máximo de mandato dos componentes, e que os seus integrantes devem observar em suas atividades o cumprimento dos princípios da administração pública.” (fls. 91 a 96)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública (fl. 97)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Sugerimos quesitos ao Executivo para dimensionar os gastos com a Realização do Programa e com a criação da Comissão Julgadora do Programa.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrações que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologias de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta o cumprimento das metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio e de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e que não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 166 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia  
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 564/2013**

### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa instituir o Programa para a Valorização de Iniciativas de Comunicação Social - VAI Comunica - no âmbito da Secretaria Executiva de Comunicação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, iniciativas de comunicação com foco informativo ou jornalístico, que promovam a diversidade, a transparência e/ou o acesso à informação.

O projeto define como objetivos do Programa VAI Comunica fomentar a produção e difusão de conteúdo informativo ou jornalístico cujos produtores não têm acesso ou têm dificuldade de acesso às

fontes de financiamento privado; potencializar a apropriação dos meios de comunicação e o exercício do direito humano à comunicação pelos mais diversos setores sociais e contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na cidade de São Paulo.

Determina ainda a propositura que poderão ser destinados ao Programa VAI Comunica recursos provenientes de contratos de doação sem encargos, no âmbito da comunicação social, celebrados entre instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e a Secretaria Executiva de Comunicação, e que são passíveis de apoio as iniciativas cujo conteúdo é veiculado por rádios comunitárias, blogs e sites, iniciativas de mídia livre, inclusive de indivíduos, jornais e revistas e emissoras de TV comunitárias, dentre outros.

O projeto restringe o conteúdo original a, no mínimo, 70% do material produzido com recursos do VAI Comunica, veda a inclusão de publicidade no conteúdo produzido com recursos do VAI Comunica e proíbe a aplicação de recursos do Programa VAI Comunica em projetos de autopromoção, de cunho partidário, religioso ou que atentem contra direitos humanos, além de projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

A propositura estabelece que poderá concorrer a recursos do Programa VAI Comunica toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede comprovados no Município de São Paulo há no mínimo 02 (dois) anos, vedando os funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.

O art 7º apresenta as informações que devem conter os projetos interessados em concorrer aos recursos do VAI Comunica, limita a 20% do total do orçamento os recursos utilizados na aquisição e compra de equipamentos e estabelece que as atividades a serem desenvolvidas devem estar distribuídas em um cronograma com prazo máximo de 12 (doze) meses.

O art. 9º define que o valor destinado a cada proposta será de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), de acordo com as necessidades do projeto e determina que esse valor será repassado em até 03 (três) parcelas, a critério da Comissão Julgadora, além de prever a correção desse valor.

No art. 10, fica estabelecido também que todas as propostas aprovadas deverão resultar em produtos e conteúdos gratuitos, de licenciamento aberto para a sociedade.

Finalmente, o projeto também cria a Comissão Julgadora do Programa VAI Comunica, com a finalidade de selecionar as propostas que concorrerão aos recursos do programa, além de determinar sua formação e forma de atuação.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo “a fim de contribuir com as discussões acerca do projeto”, sugerindo “a alteração da redação no artigo 4º, inserindo parágrafos que buscassem a maior participação possível de diferentes proponentes, bem como o equilíbrio na oferta de recursos aos projetos contemplados neste e em outros projetos análogos realizados pelo Poder Público. Além disso, quanto à composição da Comissão Julgadora para o Programa Vai Comunica, prevista no artigo 11 do projeto, (...) propomos parâmetros para a sua remuneração, limites quanto à sua composição, prazo máximo de mandato dos componentes, e que os seus integrantes devem observar em suas atividades o cumprimento dos princípios da administração pública”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Administração Pública, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 576/2013	Ver. FLORIANO PESARO (PSDB)	Votação			
<b>INSTITUI O "PROJETO CALÇADA LIMPA" NO ÂMBITO DAS SUBPREFEITURAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>  <b>Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)</b>  <b>Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO</b>			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui o “Projeto Calçada Limpa” no âmbito das subprefeituras, que consiste no estímulo à adoção, pelos estabelecimentos comerciais, de coletores de lixo separados para resíduos recicláveis. As subprefeituras incentivarão a realização de campanhas de informação, educação e comunicação sobre o referido projeto. O art. 2º determina que o coletor de resíduos disposto na porta dos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço de qualquer natureza, deverá conter espaços próprios para o descarte de lixo eletrônico, bitucas de cigarro, fezes de animais, e outros para os demais itens. O parágrafo único do referido artigo autoriza o Município a firmar convênios ou contratos de parcerias, com o objetivo de instalação dos coletores de lixo por particulares, estabelecendo a forma de exploração de espaços visual. Determina ainda a propositura, entre outros dispositivos, que a localização dos coletores de resíduos e suas dimensões não poderão ocupar a faixa livre reservada a circulação de pedestres, respeitando a largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros), e que a manutenção do coletor de lixo, em especial a retirada dos resíduos recicláveis será efetuada por cooperativas permissionárias de serviço público, nos termos da legislação aplicável à espécie. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “São Paulo, principal cidade consumidora do país e uma das mais poluídas do planeta, tem o dever de ser a protagonista na defesa do meio ambiente. O objetivo é incentivarmos o descarte de resíduos em local adequado, educando os cidadãos a despejarem o seu resíduo em recipiente próprio e reciclável, e concretizar este projeto em nível nacional, uma vez que preservação do meio ambiente é uma das maiores preocupações da atualidade”.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade** (fls.72/74).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (25/11/2013 e 11/12/2013, menção ao PL a fls. 82 e fls. 87). A Comissão exarou parecer **favorável** (fls.90).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** **favorável**, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 91/93).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Considerando que o parágrafo único do art. 1º obriga as Subprefeituras a incentivarem a realização de

campanhas de informação, educação e comunicação sobre o “Projeto Calçada Limpa”, e que campanhas de informação normalmente geram despesas, sugerimos quesitos ao Executivo, a fim de que esta consultoria possa manifestar-se a respeito do impacto orçamentário/financeiro decorrente da implementação da propositura em tela.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**DE LEI Nº 576/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Floriano Pesaro, visa instituir o “Projeto Calçada Limpa” no âmbito das Subprefeituras, que consiste no estímulo à adoção, pelos estabelecimentos comerciais, de coletores de lixo separados para resíduos recicláveis.

As Subprefeituras incentivarão a realização de campanhas de informação, educação e comunicação sobre o referido projeto. O art. 2º determina que o coletor de resíduos disposto na porta dos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço de qualquer natureza deverá conter espaços próprios para o descarte de lixo eletrônico, bitucas de cigarro, fezes de animais, e outros para os demais itens. O parágrafo único do referido artigo autoriza o Município a firmar convênios ou contratos de parcerias, com o objetivo de instalação dos coletores de lixo por particulares, estabelecendo a forma de exploração de espaço visual. Determina ainda a propositura, entre outros dispositivos, que a localização dos coletores de resíduos e suas dimensões não poderão ocupar a faixa livre reservada a circulação de pedestres, respeitando a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), e que a manutenção do coletor de lixo, em especial a retirada dos resíduos recicláveis, será efetuada por cooperativas permissionárias de serviço público, nos termos da legislação aplicável à espécie.

Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “São Paulo, principal cidade consumidora do país e uma das mais poluídas do planeta, tem o dever de ser a protagonista na defesa do meio ambiente. O objetivo é incentivarmos o descarte de resíduos em local adequado, educando os cidadãos a despejarem o seu resíduo em recipiente próprio e reciclável, e concretizar este projeto em nível nacional, uma vez que preservação do meio ambiente é uma das maiores preocupações da atualidade”.

A douta comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 15/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
		Favor	Contra	Abst.	
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	
Autoriza o Poder Executivo a estender o convênio do porte de arma de fogo celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal aos Guardas Civis Metropolitanos do Município de São Paulo aposentados, e dá outras providências.					
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 4 (quatro) sessões a pedido do Ver. Milton Leite.

**ASSUNTO:** autoriza o Poder Executivo a estender o convênio do porte de arma de fogo celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal aos Guardas Civis Metropolitanos do Município de São Paulo **aposentados**. O projeto refere-se ao porte de arma de fogo particular.

De acordo com a justificativa, “os integrantes da GCM de São Paulo possuem o porte de arma funcional e particular, no entanto, ao se aposentarem é feito o comunicado ao SINARM para baixa da autorização do

porte de arma tanto funcional quanto particular...Em razão de sua profissão os Guardas Municipais estão expostos a risco e ameaça de criminosos e do próprio crime organizado, e ao se aposentarem os riscos não diminuem”.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 103-104) pela legalidade.

**Comissão de Administração Pública:** (fl. 105) Favorável

**Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo** (fl. 106). **Resposta do Executivo** (fls. 108-157)

**Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana:** “... não pode prosperar por falta de amparo legal. No tocante ao impacto orçamentário-financeiro gerado com a aprovação da propositura, não vislumbramos nenhum impacto a ser apontado, pois, apesar de ser plausível a proposta do Nobre Vereador, essa esbarra em questão de competência exclusiva da União em decorrência de disposição contida na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e seus acréscimos, assim como da Portaria nº 365, de 15 de agosto de 2006, do Departamento de Polícia Federal – (DPF) que disciplina a autorização para o porte de arma de fogo para os integrantes das Guardas Municipais, bem assim o Convênio de Renovação nº 10/2012/SR/DPF/SP celebrado entre a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo....” (fls. 155-156)

**Secretaria Mun. Segurança Urbana:** “... o impacto orçamentário financeiro anual para o fornecimento de porte de arma aos GCM aposentados é de R\$ 37.750,10, conforme demonstramos abaixo:

Valor unitário do teste	Quantidade de GCMs Aposentados	Impacto Orçamentário Financeiro Anual
R\$ 83,15	454	R\$ 37.750,10

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O impacto financeiro ficaria acima do valor estipulado pela LDO 2015, art. 30, da Lei nº 16.047, de 18 de julho de 2014, como irrelevante. Ademais, o valor apontado de impacto não leva em consideração as despesas referentes à realização dos serviços por servidores municipais, ou seja, as horas de trabalho e a utilização de materiais (de consumo e permanente).

Art. 30. No caso da ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no caso de aquisição de bens e serviços, e de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

#### **Art. 16 da LRF:**

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

**§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.**

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi/Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultores Técnicos Legislativos – Economistas

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 15/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Eduardo Tuma, Gilson Barreto Mario Covas Neto e Patrícia Bezerra, visa autorizar o Poder Executivo a estender o convênio do porte de arma de fogo celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal aos Guardas Cíveis Metropolitanos do Município de São Paulo aposentados. O projeto refere-se ao porte de arma de fogo particular.

De acordo com a justificativa, “os integrantes da GCM de São Paulo possuem o porte de arma funcional e particular, no entanto, ao se aposentarem é feito o comunicado ao SINARM para baixa da autorização do porte de arma tanto funcional quanto particular” e “em razão de sua profissão os Guardas Municipais estão expostos a risco e ameaça de criminosos e do próprio crime organizado, e ao se aposentarem os riscos não diminuem”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 43/2014		Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)				Votação			
DISPÕE SOBRE SEMESTRALMENTE HAVER UMA REUNIÃO ENTRE IDOSOS E ALUNOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.							Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)						Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL						Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
						Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
						Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
						Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
						Ver. OTA (PROS)	.	.	.
						Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 6 (seis) sessões a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

**ASSUNTO:** visa promover encontros semestrais entre idosos e alunos das escolas públicas do Município de São Paulo. Os referidos encontros serão realizados através de passeios, atividades físicas ou de conversas na própria escola, sendo que os participantes deverão se reunir na escola quando forem para algum passeio fora dela. Os idosos que participarão desses encontros deverão residir nas proximidades da escola e ter mais de 60 anos, e se forem realizar caminhadas ou qualquer outra atividade física, deverão antes ser avaliados na Unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) mais próxima de sua residência. Determina ainda a propositura, entre outros dispositivos, que as atividades de conversa serão feitas de modo que os idosos sintam-se seguros, e poderão tratar da história de vida deles ou de qualquer outro assunto que seja adequado aos estudantes. Na justificativa, o nobre Autor ressalta que a propositura visa aproximar os estudantes dos idosos, e que a mesma foi baseada no projeto elaborado pelo aluno Gustavo Uesso Martins, da EMEF profa. Áurea Ribeiro Xavier Lopes, constante no Caderno de Projetos Parlamento jovem Paulistano 2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls.77/80).

**Comissão de Administração Pública:** realizou uma audiência pública em 13/08/2014, menção ao PL a fls. 82. Entretanto, não houve manifestação a respeito da propositura em tela. A Comissão exarou parecer **favorável** (fl.83).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou uma audiência pública em 19/11/2014, menção ao PL a fls. 85. Não houve manifestação a respeito da propositura. A Comissão exarou **parecer contrário** (fl.86), argumentando que “é importante considerar que não se pode interferir na autonomia administrativa e pedagógica da unidade escolar, principalmente com a inclusão de disciplinas e atividades, sem que isso seja feito no âmbito interno da elaboração do plano pedagógico. A concepção de um programa de interação entre o corpo discente e grupos de idosos é uma ideia interessante, mas deveria ser discutida a partir da realidade escolar e de seus sujeitos” (fl.86). Há voto vencido favorável (fl.87).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl.88).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº 43/2014 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa promover encontros semestrais entre idosos e alunos das escolas públicas do Município de São Paulo. Os referidos encontros serão realizados através de passeios, atividades físicas ou de conversas na própria escola, sendo que os participantes deverão se reunir na escola quando forem para algum passeio fora dela. Os idosos que participarão desses encontros deverão residir nas proximidades da escola e ter mais de 60 anos, e se forem realizar caminhadas ou qualquer outra atividade física, deverão antes ser avaliados na Unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) mais próxima de sua residência. Determina ainda a propositura, entre outros dispositivos, que as atividades de conversa serão feitas de modo que os idosos sintam-se seguros, e poderão tratar da história de vida deles ou de qualquer outro assunto que seja adequado aos estudantes. Na justificativa, o nobre Autor ressalta que a propositura visa aproximar os estudantes dos idosos, e que a mesma foi baseada no projeto elaborado pelo aluno Gustavo Uesso

Martins, da EMEF profa. Áurea Ribeiro Xavier Lopes, constante no Caderno de Projetos Parlamento Jovem Paulistano 2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 225/2014 Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BALCÃO COM RÉGUA DE TOMADAS E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS LOCAIS EM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Visa obrigar a instalação de balcão com régua de tomadas e fornecimento de energia elétrica em todos os terminais de ônibus, bem como nos pontos de embarque e desembarque de grande concentração de usuários no Município de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 38-39).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fl. 40).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 41-42).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Haverá o custo de implantação das réguas de tomadas e fornecimento de energia elétrica, que terão impacto sobre o custo do sistema de transporte coletivo de passageiro.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 225/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa tornar obrigatória a instalação de balcão com régua de tomadas e fornecimento de energia elétrica em todos os terminais de ônibus, bem como nos pontos de embarque e desembarque de grande concentração de usuários no Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 258/2014	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 13.877, DE 23 DE JULHO DE 2004, PARA ADEQUAR DISPOSITIVO LEGAL ACERCA DA ATUAÇÃO DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 13.877, de 23 de Julho de 2004, para adequar dispositivo legal acerca da atuação da Guarda Civil Metropolitana no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

A mencionada lei dispõe sobre a reorganização administrativa do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e de seu Quadro de Pessoal, altera dispositivos das Leis nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980 e nº 11.548, de 21 de junho de 1994, procede às adaptações necessárias às normas da EC 19/98 e 20/98 e dá outras providências. A propositura objetiva estabelecer que a gratificação por desempenho de atividade de fiscalização de que trata o art. 16 dessa lei, instituída exclusivamente aos servidores afastados de outros órgãos públicos ou entidades estatais, sem prejuízo de vencimentos, para exercício no Tribunal, desde que recebida por 05 (cinco) anos, adquira caráter de permanência, incorporando-se a remuneração dos integrantes da carreira da Guarda Civil Metropolitana, inclusive para efeitos da aposentadoria."

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 176).

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável (fls. 177/178).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, relativas a pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas

insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 258/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a Lei nº 13.877, de 23 de Julho de 2004, para adequar dispositivo legal acerca da atuação da Guarda Civil Metropolitana no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

A mencionada lei dispõe sobre a reorganização administrativa do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e de seu Quadro de Pessoal, altera dispositivos das Leis nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980 e nº 11.548, de 21 de junho de 1994, procede às adaptações necessárias às normas da EC 19/98 e 20/98 e dá outras providências. A propositura objetiva estabelecer que a gratificação por desempenho de atividade de fiscalização de que trata o art. 16 dessa lei, instituída exclusivamente aos servidores afastados de outros órgãos públicos ou entidades estatais, sem prejuízo de vencimentos, para exercício no Tribunal, desde que recebida por 05 (cinco) anos, adquira caráter de permanência, incorporando-se a remuneração dos integrantes da carreira da Guarda Civil Metropolitana, inclusive para efeitos da aposentadoria.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 270/2014	Ver. MARCOS BELIZÁRIO (PV)	Votação			
<b>CRIA O SERVIÇO DE ÔNIBUS EXECUTIVO NO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO COLETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b> Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** cria o serviço de Ônibus Executivo no Sistema de Transporte Urbano Coletivo.

Esse serviço possuiria as seguintes características:

I - operação com Micro-ônibus, dotados de uma única porta, usada como entrada e saída concomitantemente;

II – os passageiros viajarão sentados, não sendo permitidos passageiros em pé durante a viagem;

III - os veículos deverão ser dotados de assento reclinável e ar-condicionado;

IV - tarifa superior, a ser estabelecida pelo Poder Público;

V - forma de remuneração do Operador calculada por assento disponibilizado.

Pelo art. 3º da propositura, o Poder Público poderá determinar limite de veículos para operarem nesse serviço de acordo com o percentual do total de veículos em operação na mesma linha, nos termos da alínea “a”, inciso II, do art. 2º da Lei 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

O art. 4º estabelece que o serviço de Ônibus Executivo poderá funcionar em horários limitados, estabelecidos em regulamentação.

**Alínea “a”, inciso II, do art. 2º da Lei 13.241, de 12 de dezembro de 2001:**

*Art. 2º - O Transporte Coletivo de Passageiros no Município de São Paulo fica organizado da seguinte forma, respeitados o Plano Diretor da Cidade e a Lei Orgânica do Município:*

*I - Sistema Integrado composto por:*

*a) Subsistema Estrutural: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas elevadas e integram as diversas regiões da cidade;*

*b) Subsistema Local: conjunto de linhas de Transporte Coletivo Público de Passageiros que atendem a demandas internas de uma mesma região e alimentam o Subsistema Estrutural.*

*II - Serviços Complementares: serviços de Transporte Público de caráter especial, com tarifa diferenciada, que serão prestados por operadores ou terceiros, de acordo com as disposições regulamentares editadas pela Secretaria Municipal de Transportes:*

*a) no caso dos serviços complementares serem oferecidos aos mesmos usuários do Sistema Integrado, esta oferta será limitada a um percentual definido por decreto editado pelo Poder Público;*

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 101/102).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer favorável (fls. 103).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Poderia haver também repercussão quanto a eventual subsídio à tarifa.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 270/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Marcos Belizário, visa criar o serviço de Ônibus Executivo no Sistema de Transporte Urbano Coletivo.

Esse serviço possuiria as seguintes características:

I - operação com Micro-ônibus, dotados de uma única porta, usada como entrada e saída concomitantemente;

II – os passageiros viajarão sentados, não sendo permitidos passageiros em pé durante a viagem;

III - os veículos deverão ser dotados de assento reclinável e ar-condicionado;

IV - tarifa superior, a ser estabelecida pelo Poder Público;

V - forma de remuneração do Operador calculada por assento disponibilizado.

Pelo art. 3º da propositura, o Poder Público poderá determinar limite de veículos para operarem nesse serviço de acordo com o percentual do total de veículos em operação na mesma linha, nos termos

da letra “a”, inc. II do art. 2º da Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

O art. 4º estabelece que o serviço de Ônibus Executivo poderá funcionar em horários limitados, conforme regulamentação.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PLO 6/2010		Ver. USHITARO KAMIA (PSD)			Votação			
						Favor	Contra	Abst.
ACRESCENTA O ART. 88-A À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. (INSTITUI EM CARÁTER PERMANENTE, COM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA, A DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)			Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Parecer: FAVORAVEL			Ver. OTA (PROS)	-	-	-
					Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** acrescenta o artigo 88-A à Lei Orgânica do Município, estabelecendo que a Defesa Civil do Município de São Paulo será instituída em caráter permanente, com dotação orçamentária própria, e integrada por quadro próprio de servidores admitidos mediante concurso público específico, sem prejuízo da cooperação de voluntários. A propositura também define como objetivo da Defesa Civil planejar e promover a defesa permanente contra desastres de grandes proporções, prevenir ou remediar danos e socorrer e assistir à população eventualmente afetada por estes.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** foram realizadas duas audiências públicas, onde representante do autor, reafirmou que “a principal iniciativa do projeto é criar uma dotação orçamentária própria para a Defesa Civil de São Paulo e, dentro dessa dotação, que haja um quadro de funcionários próprios para a Defesa Civil” (fls. 54). A comissão emitiu parecer **pela legalidade** (fls. 31 a 33).

**Comissão de Administração Pública:** parecer **favorável** (fls.34)

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram realizadas duas audiências públicas (28/09/2011, fls. 52 a 55; 23/11/2011, fls. 56 a 61) nas quais não se observaram manifestações quanto ao projeto.

A Comissão encaminhou quesitos ao Executivo a fim de obter mais informação sobre o custo-benefício da medida, bem como sobre outros aspectos relevantes relativos à propositura (fls. 62). As respostas do Executivo encontram-se a fls. 64/104.

Segundo a **Coordenadoria Jurídica da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão** “A matéria

tratada no projeto de lei versa sobre organização administrativa, cuja competência, nos termos da Constituição Federal, é do Chefe do Executivo (artigo 61, §1º, II, b, CF). Dessa forma [...] entende-se que matéria tratada no projeto de lei em questão não deve ser objeto de lei orgânica” (fls. 82).

Quanto ao impacto financeiro estimado, de acordo com a **Coordenadoria da Gestão de Pessoas da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 11 de junho de 2012, “a criação de estrutura formal nas hipóteses descritas implica criação de despesa anual da ordem de R\$ 31.893.441,64 (trinta e um milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), apenas com despesa de pessoal, sem considerar estrutura física, equipamentos, e outros serviços necessários, como limpeza, veículos, etc.” (fls. 97-verso).

Ademais, segundo a Assessoria Técnica da **Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão**, “o tema da proposta em análise já está devidamente disciplinado no âmbito municipal” (fls. 99) e “quanto ao mérito, não assiste à propositura melhor sorte” (fls. 101). “...a Coordenadoria de Defesa Civil opera com 580 servidores. Dentre eles, 556 são ocupantes de cargos efetivos. Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 05 (cinco) servidores lotados na Assessoria da Defesa Civil e 557 (quinhentos e cinquenta e sete) servidores na Assessoria Executiva da Defesa Civil nas Subprefeituras....ao criar estrutura permanente para a Coordenadoria, importaria um aumento de despesa desnecessário, bem como a ociosidade dos servidores, ou seja, o desperdício de recursos financeiros e humanos./...a Coordenadoria da Defesa Civil tem, ... atualmente, a possibilidade de movimentar os servidores de acordo com suas necessidades, uma vez que as atividades são realizadas em esquema de plantão./...a criação de cargo específico...poderia engessar a administração...” (fls. 101-102)

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto não implica renúncia de receita, entretanto criará obrigação de se destinarem recursos para a referida dotação orçamentária nas Leis Orçamentárias Anuais futuras, gerando despesas obrigatórias de caráter continuado. Conforme estimativas do Executivo, o impacto estimado será de ao menos R\$ 31,89 milhões anuais (somente com pessoal, sem contar outras despesas), além de a propositura implicar vício de iniciativa e de seu objeto já estar disciplinado no âmbito municipal.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiros - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 6/2010**

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de autoria do nobre Vereador Ushitaro Kamia, visa acrescentar o artigo 88-A a esse diploma legal.

A propositura estabelece que a Defesa Civil do Município de São Paulo será instituída em caráter permanente, com dotação orçamentária própria, e integrada por quadro próprio de servidores admitidos mediante concurso público específico, sem prejuízo da cooperação de voluntários e define como seu objetivo planejar e promover a defesa permanente contra desastres de grandes proporções, prevenir ou remediar danos e socorrer e assistir à população eventualmente afetada por estes.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PLO 5/2013	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 178 E ACRESCENTA O INCISO XII AO ARTIGO 41, AMBOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: CONTRARIO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 8 (oito) sessões em 05/08/2015 a pedido do Ver. Abou Anni;

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;

Adiado por 4 (quatro) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

**ASSUNTO:** aumenta de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a

fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga a Câmara Municipal a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela constitucionalidade (fls. 13/15), com apresentação de substitutivo que “visa adaptar a propositura às regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, visto que o artigo 41 da Lei Orgânica do Município de São Paulo trata especificamente sobre a necessidade de 2 (duas) audiências públicas na tramitação de projetos, hipótese que não se enquadra na presente proposta que visa a necessidade de duas audiências públicas na análise de planilhas e elementos do Executivo para a fixação da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros” (fls. 14).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** realizou duas audiências públicas (fls. 16 a 18 e 19 a 22, com citações a fls. 18 e 22). Exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 23 e 24).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 5/2013**

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa aumentar de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga esta Casa a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Apesar dos meritórios propósitos do nobre Autor, temos a ponderar que a aprovação de tal propositura, ao aumentar a antecedência mínima necessária do envio das planilhas, aumentaria o grau de incerteza das estimativas das planilhas que servem de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público.

Com o aumento do grau de incerteza de tais estimativas, cresce a incerteza quanto a estimativa do valor orçado da atividade orçamentária “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, cuja dotação é de R\$ 1.422.175.002,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e dois reais) para o Orçamento do Município de São Paulo no ano de 2015 (Lei nº 16.099, de 30 de dezembro de 2014). Tendo em vista que essa ação representa cerca de 70% do orçamento total da Secretaria de Transportes, o aumento de incerteza quanto às estimativas contidas na planilha significaria um aumento substancial da imprevisibilidade quanto às necessidades orçamentárias de todo esse órgão.

Ademais, o encaminhamento das informações acerca da tarifa no prazo ora vigente não elide a análise por parte do Poder Legislativo. Qualquer que seja o prazo prévio de encaminhamento da informação, o valor da tarifa, normalmente, vigora por período longo, permitindo que tanto esta Casa como a população em geral possam examinar os dados que embasaram a alteração tarifária, não se justificando, destarte, tal antecedência, com as consequências possíveis acima apontadas.

**Contrário**, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Projetos de Deliberação das Comissões**

15) PL 52/2011	Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS CHARUTOS, CACHIMBOS, OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, EM PRAÇAS, PARQUES E DEMAIS LOCAIS AO AR LIVRE, DESTINADOS À PRÁTICA ESPORTIVA E DE LAZER, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ENTRE OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em praças, parques e demais locais ao ar livre, destinadas à prática esportiva e de lazer, no Município de São Paulo. Determina ainda a propositura que o Executivo disponibilizará, em toda a rede de saúde pública municipal, assistência terapêutica e medicamento antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que a propositura “visa defender a saúde, principalmente, das pessoas que não fumam, mas acabam obrigadas a inalar a fumaça do cigarro daquelas que fumam” (fls.3).

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo: adequando a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa, e excluindo da proposta “o art. 2º, que cuida de ato concreto de governo, o que esbarra no princípio da harmonia e independência entre os Poderes, o art. 3º, que trata de matéria que já é atribuição típica do Poder Executivo, bem como para estabelecer uma sanção pelo descumprimento da Lei, nos termos daquela constante do art. 7º da Lei nº 14.805, de 04 de julho de 2008, o que não pode ser relegado ao decreto regulamentador, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da legalidade” (fls.22/26).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.27).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.28/29).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.30).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram solicitadas informações ao Executivo (fl.31), com resposta a fls. 33/39.

**Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras:** “(...) é possível prever dificuldades na atuação da fiscalização, ao flagrar algum munícipe consumindo produto fumígeno, no tocante ao enquadramento da atividade exercida ao ar livre no local, isto é, na definição se a atividade que ocorre é lazer ou não. (...) Uma breve comparação entre este substitutivo e o projeto original demonstra que a determinação para o Executivo disponibilizar, em toda a rede de saúde pública municipal, assistência terapêutica e medicamento antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar foi suprimida, fato que altera completamente a intenção do proponente, pois, ao manter a proibição e excluir a oferta de tratamento aos dependentes desejosos de livrar-se do vício, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa transforma o projeto em peça de caráter apenas repressivo (fls.35); “(...) deve-se considerar que, na prática, a fiscalização municipal não dispõe de instrumentos para multar o fumante, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 2º do Substitutivo, em razão dos limites legais a que a ação fiscal administrativa deve sujeitar-se. (...) Em conclusão, considerando todo o exposto, verifica-se que o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 052/11 merece ser revisado para sanar as inconsistências apontadas e, portanto, na forma como apresentado neste expediente, sob o aspecto técnico, é recomendável que esta Secretaria adote posição contrária à sua sanção, recomendando ao Sr. Prefeito o **veto total** do projeto”. (fls.36/37); “(...) Ademais, encampamos os argumentos de SGUOS, no que toca à incongruência do texto proposto com a Lei Estadual nº 13.541/09. É que a lei paulista expressamente permite o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos e afins em residências, cujas áreas abertas destinadas à frequência coletiva de lazer e esporte acabariam por passar para o campo de proibição na Cidade de São Paulo, no caso de prosperar o Substitutivo do Projeto de Lei sob análise, em dissonância com a sua finalidade, qual seja, a proteção do fumante passivo, tornando ilógico o sistema. “(...) encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para prosseguimento e devolução à SGM/ATL III, opinando pelo veto total ao Projeto, seja em razão do vício de competência do Município para legislar sobre a matéria, seja pelos motivos explicitados, de ordem técnica.” (fls.43/44).

**Manifestação da Secretaria Municipal de Saúde:** “(...) Apreciando a proposta inicial, vimos nos manifestar contrários à mesma, pois esta não oferece elementos diversos da atual política de controle de tabagismo na cidade de São Paulo. Ao contrário, reproduz integralmente a Lei 13.541/09 do Governo do Estado de São Paulo, que versa sobre Ambientes Livres de Tabaco em todo o Estado.” (fl.49).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Nos aspectos atinentes a finanças públicas, considerando a adoção do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, haverá custos de fiscalização, caso seja aprovado o referido substitutivo. Entretanto, se for adotada a redação original, ocorrerão despesas em virtude da implementação da assistência terapêutica/medicamento antitabagismo aos fumantes.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 52/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa proibir o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em praças, parques e demais locais ao ar livre, destinados à prática esportiva e de lazer, no Município de São Paulo.

Determina ainda a propositura que o Executivo disponibilizará, em toda a rede de saúde pública municipal, assistência terapêutica e medicamento antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar. Na sua justificativa, o Autor ressalta que a propositura “visa defender a saúde, principalmente, das pessoas que não fumam, mas acabam obrigadas a inalar a fumaça do cigarro daquelas que fumam”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo adequando a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa e excluindo da proposta “o art. 2º, que cuida de ato concreto de governo, o que esbarra no princípio da harmonia e independência entre os Poderes, o art. 3º, que trata de matéria que já é atribuição típica do Poder Executivo, bem como para estabelecer uma sanção pelo descumprimento da Lei, nos termos daquela constante do art. 7º da Lei nº 14.805, de 04 de julho de 2008, o que não pode ser relegado ao decreto regulamentador, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da legalidade”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, porquanto as despesas para sua execução

correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

<b>16) PL 332/2013</b>	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	<b>Votação</b>			
			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)		-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)		-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)		-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		-	-	-
	Ver. OTA (PROS)		-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)		-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		-	-	-	
<b>ALTERA O ART. 20 E § 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 7.329 DE 11 DE JULHO DE 1969, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 7.953/1973, ACRESCENDO A ALÍNEA "D", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>					
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 4 (quatro) sessões em 15/04/2015 a pedido do Ver. Adilson Amadeu.

**ASSUNTO:** altera o art. 20 e § 3º da Lei Municipal nº 7.329 de 11 de julho de 1969, que estabelece normas para execução de serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel a táxi, com redação dada pela Lei 7.953/1973 (que altera os Art. 19 e 20 - que especificam a quem é permitido a transferência do alvará - da citada Lei), acrescentando a alínea "d" com a seguinte redação:

"Art. 20 .....

d) ao segundo motorista, desde que credenciado há mais de três anos perante o mesmo titular e possuidor de licença específica expedida pela Secretaria Municipal dos Transportes." (NR)

Em seu Art. 2º, determina que o parágrafo terceiro do Art. 20 da Lei nº 7.329 de 11 de julho de 1969, passa vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º nas hipóteses previstas nas letras "c" e "d", o alvará somente poderá ser transferido para o motorista profissional inscrito no Cadastro Municipal dos Condutores de Táxis." (NR)

Conforme justificativa do Autor, "o presente projeto pretende corrigir injustiça constante na legislação relacionada a transferência de alvará de táxi. A Lei 13.115/ 2001 e o Decreto 40.774/2001 autorizam que a exploração do serviço de transporte de passageiros por meio de táxi seja praticado por dois motoristas profissionais autônomos. É sabido que o segundo motorista credenciado é uma realidade nas autorizações de táxi, entretanto, a lei que estabelece execução de transporte individual não permite que o mesmo seja beneficiado com a transferência do alvará."

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 90 a 93)

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 94)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável, com apresentação de substitutivo “estabelecendo que o direito da viúva e dos herdeiros à transferência do alvará precede o direito do segundo motorista ao mesmo”, mantendo-se “respeitada a vontade do legislador proponente, ao mesmo tempo em que seriam evitados conflitos jurídicos desnecessários, que implicariam grande desperdício de tempo e recursos, tanto das partes quanto do Judiciário” (fls. 96 a 99).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto não implicará despesas ao erário. Sugere-se substitutivo para correção da grafia da palavra “Táxis” no art. 2º.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**  
**O PROJETO DE LEI Nº 332/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, visa alterar o art. 20 e § 3º da Lei Municipal nº 7.329 de 11 de julho de 1969, que estabelece normas para execução de serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro, com redação dada pela Lei 7.953/1973.

Conforme justificativa do Autor, “o presente projeto pretende corrigir injustiça constante na legislação relacionada a transferência de alvará de táxi. A Lei 13.115/2001 e o Decreto 40.774/2001 autorizam que a exploração do serviço de transporte de passageiros por meio de táxi seja praticado por dois motoristas profissionais autônomos. É sabido que o segundo motorista credenciado é uma realidade nas autorizações de táxi, entretanto, a lei que estabelece execução de transporte individual não permite que o mesmo seja beneficiado com a transferência do alvará”.

A egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo “estabelecendo que o direito da viúva e dos herdeiros à transferência do alvará precede o direito do segundo motorista ao mesmo”, mantendo-se “respeitada a vontade do legislador proponente, ao mesmo tempo em que seriam evitados conflitos jurídicos desnecessários, que implicariam grande desperdício de tempo e recursos, tanto das partes quanto do Judiciário”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, é o parecer. Contudo, a fim de corrigir grafia da palavra “Táxis” no art. 2º, apresentamos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 332/2013**

Acresce alínea “d” ao art. 20 e altera redação do § 3º desse mesmo artigo da Lei Municipal nº 7.329, de 11 de julho de 1969, com redação dada pela Lei nº 7.953, de 16 de novembro de 1973, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º Insira-se a alínea “d” ao art. 20 da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, com redação dada pela Lei nº 7.953, de 16 de novembro de 1973, com a seguinte redação:

"Art. 20 .....

d) caso não haja viúva ou nenhum herdeiro, ao segundo motorista, desde que credenciado há mais de três anos perante o mesmo titular e possuidor de licença específica expedida pela Secretaria Municipal dos Transportes." (NR)

Art. 2º O parágrafo terceiro do art. 20 da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, com redação dada pela Lei nº 7.953, de 16 de novembro de 1973, passa vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Nas hipóteses previstas nas alíneas "c" e "d", o alvará somente poderá ser transferido para o motorista profissional inscrito no Cadastro Municipal dos Condutores de Táxis." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 345/2013	Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PP)	Votação			
OBRIGA OS SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A TER, ACOPLADO AOS CARRINHOS DE COMPRAS, LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS PORTÁTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 21/10/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 3 (três) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

**ASSUNTO:** obriga os supermercados e hipermercados instalados no Município de São Paulo a ter, acoplado aos carrinhos de compras, leitor de código de barras portátil e dá outras providências.

O art. 2º determina que a Subprefeitura, responsável pela área onde fica este tipo de comércio, será o órgão destinado à fiscalização.

O descumprimento desta propositura acarretará multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia/por carrinho que não possua o leitor de código de barras.

Se aprovado o projeto, serão revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas que tratam de disponibilização do leitor de código de barras a cada quinze metros nos corredores dentro das lojas.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 35-39) pela legalidade, com substitutivo, "tendo-se em vista a necessidade de se retirar o art. 2º da proposta, vez que este cuida de matéria atinente à organização administrativa, a qual é de competência privativa do Poder Executivo, para fixar um índice de atualização do valor da multa fixada no art. 3º, bem como para adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa".

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** (fls. 40-41)

Contrário (“... há que se levarem em conta os seguintes pontos: \* A tecnologia apresentada é recente no Brasil; \* Encontramos apenas uma empresa de Santa Catarina, a Promocart ...que fornece esse tipo de carrinho, mas não conseguimos visualizar seu preço; \* Até onde pudemos pesquisar, encontramos apenas um supermercado gourmet (supermercado Imperatriz Gourmet, do Beiramar Shopping, na cidade de Santa Catarina), que utiliza carrinhos com essa tecnologia de forma experimental; \* Apenas o equipamento leitor de código de barras, vendido separadamente, custa em média entre R\$ 250,00 e R\$ 2.500,00, dependendo do tipo de equipamento.”)

**Comissão de Finanças e Orçamento:** solicitou informações ao Executivo (fl. 42), com respostas as folhas 44/54.

Coordenação das Subprefeituras / SGUOS: “(...) é conhecida a dificuldade das Subprefeituras, com relação ao número de Agentes Vistores disponíveis e a grande demanda existente para as ações fiscalizatórias. Por esse fato, mais uma postura a ser fiscalizada iria sobrecarregar a estrutura já bastante combalida...” / “(...) a utilização do conjunto de Agentes Vistores já existentes, entendemos, não viria a acrescentar custos além daqueles associados à locomoção dos mesmos. Entretanto, se a intenção do legislador é aquela de motivar ações específicas, haveria a necessidade do aumento dos quadros nas Subprefeituras...” (fl.45)

Coordenação das Subprefeituras / Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos: “(...) ante o exposto, com fundamento na injusta restrição à livre iniciativa e consequente desrespeito ao princípio da proporcionalidade, entendemos que, quanto aos aspectos jurídicos, o texto em análise merece ser vetado integralmente” (fl.53)

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, o projeto poderia gerar despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente artigos 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Tendo em vista o impacto nos custos dos estabelecimentos, sugerimos a realização de audiência pública para ouvir representantes do setor.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves/Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economista  
Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultora Técnica Legislativa - Economista

#### **PARECER Nº O PROJETO DE LEI Nº 345/2013**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Pr. Edemilson Chaves, visa obrigar supermercados e hipermercados instalados no Município de São Paulo a ter, acoplado aos carrinhos de compras, leitor de código de barras portátil.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo, "tendo-se em vista a necessidade de se retirar o art. 2º da proposta, vez que este cuida de matéria atinente à organização administrativa, a qual é de competência privativa do Poder Executivo, para fixar um índice de atualização do valor da multa fixada no art. 3º, bem como para adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PL 439/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE SEGURANÇA A SEREM IMPLANTADAS NAS EDIFICAÇÕES QUE MANTIVEREM ESCADAS ROLANTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão;

Adiado por 3 (três) sessões em 05/08/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 2 (duas) sessões em 26/08/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo;

Adiado por 2 (duas) sessões em 09/09/2015 a pedido do Ver. Ota;

Adiado por 6 (seis) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

**ASSUNTO:** dispõe sobre condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece o que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo "a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação

gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”. (fls. 44-45).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** foram realizadas duas audiências públicas às fls. 46-65 (com menção ao projeto à folha 62) e 66-68 (com menção ao projeto à fl. 68). Não houveram inscritos.

Parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 69-70).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 71-72).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 73).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a fiscalização destes dispositivos de segurança, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Além disso, o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa estendeu a aplicabilidade da norma também aos estabelecimentos públicos, o que geraria uma despesa com instalação das travas e das placas indicativas.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstração que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio e de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e” do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

#### **Sugerimos quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 439/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa estabelecer condições obrigatórias de segurança a serem implantadas nas edificações que mantiverem escadas rolantes no âmbito do Município de São Paulo, sem prejuízo de outras normas técnicas ou jurídicas aplicáveis a estas instalações.

O projeto estabelece o que são condições mínimas de segurança necessárias na instalação, manutenção ou conservação de escadas rolantes de deslocamento de pessoas, além de outras que se fizerem necessárias: i) travas rígidas verticais colocadas nos acessos superior e inferior que impeçam o ingresso de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebê e que dificultem o acesso transversal de pessoas ao primeiro degrau; ii) placas indicativas nas duas extremidades, que informem expressamente quais são os usuários permitidos ou impedidos de utilizarem as escadas rolantes.

É prevista uma multa (atualizada pelo IPCA) no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) em caso de infração, e será aplicada em dobro em caso de reincidência.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de estender a aplicabilidade da norma que a propositura visa instituir também aos estabelecimentos públicos, em obediência ao princípio constitucional da isonomia, prevendo a adequação gradual dos estabelecimentos já existentes para que seja observada a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PL 755/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PELA LAVAGEM DOS UNIFORMES USADOS POR SEUS EMPREGADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente pela lavagem dos uniformes de seus empregados. Consideram-se produtos nocivos à saúde dos trabalhadores os dispostos na legislação que regula a previdência social. Consideram-se nocivos ao meio ambiente todos os produtos que como resultado da lavagem dos uniformes criem efluentes poluidores que não possam ser lançados em corpos de água, ou em canalizações públicas e privadas, por contrariarem a legislação em vigor.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 21 e 22).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (fls. 23 a 25 e 26 a 32) com citações nas fls. 25 e 31.  
A Comissão exarou parecer favorável (fls. 33 e 34).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer favorável (fl. 35 e 36).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** parecer favorável (fl. 37).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas de fiscalização, sem haver demonstração nos autos de dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrarem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo da compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal Complementar 101/2000).

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 755/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa responsabilizar as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente pela lavagem dos uniformes de seus empregados.

Consideram-se produtos nocivos à saúde dos trabalhadores os dispostos na legislação que regula a previdência social e são considerados nocivos ao meio ambiente todos os produtos que, como resultado da lavagem dos uniformes, criem efluentes poluidores que não possam ser lançados em corpos de água ou em canalizações públicas e privadas, por contrariarem a legislação em vigor.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PL 791/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE SEGURANÇA PARA OS BRINQUEDOS CAMAS ELÁSTICAS "PULA PULA" NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre normas de segurança para a instalação e uso dos equipamentos camas elásticas "pula-pula" no Município de São Paulo. Entre outros dispositivos, a propositura determina que todos os equipamentos "pula-pula" deverão ser equipados com: rede de proteção ao redor do equipamento, a fim de evitar quedas violentas e amparar a criança ao se deslocar do centro do equipamento; escada para permitir a entrada e saída da criança com segurança; molas revestidas por tecido espesso; um monitor, em tempo integral, auxiliando a entrada e saída da criança no equipamento, bem como orientando os pais sobre os riscos que envolvem esta atividade. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta "a necessidade de estipular normas para este tipo de equipamento de cama elástica, tendo em vista que não se classifica como Brinquedo e por esta razão não possui certificação pelo Inmetro, o que acarreta ausência de regulamentação. Por consequência, um grande volume de acidentes traz dissabores aos pais e a quem trabalha, pois o volume de acidentes envolvendo crianças está crescente".

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, "bem como para fixar um índice de reajuste da multa prevista no art. 6º da proposta" (fls.40/42).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.43/44).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.45/46).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou duas audiências públicas, menção ao PL a fls. 48 e 50. Contudo, não houve manifestação a respeito da propositura. A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.51).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.52).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura, caso seja aprovada, dará ensejo a despesas relacionadas a fiscalização, principalmente em relação a verificação da efetiva orientação do monitor, quando as crianças utilizarem o referido equipamento. Por outro lado, se o equipamento for para utilização estritamente privada, por exemplo, quando uma família adquire o “pula-pula” para uso no interior de uma residência, nos termos da propositura, haverá sérios problemas para a fiscalização do cumprimento dos dispositivos elencados no projeto em tela.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso – Consultora Técnica Legislativa – Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 791/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa estabelecer normas de segurança para a instalação e uso dos equipamentos camas elásticas “pula-pula” no Município de São Paulo. Entre outros dispositivos, a propositura determina que todos os equipamentos “pula-pula” deverão ser equipados com: rede de proteção ao redor do equipamento, a fim de evitar quedas violentas e amparar a criança ao se deslocar do centro do equipamento; escada para permitir a entrada e saída da criança com segurança; molas revestidas por tecido espesso; um monitor, em tempo integral, auxiliando a entrada e saída da criança no equipamento, bem como orientando os pais sobre os riscos que envolvem esta atividade. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta “a necessidade de estipular normas para este tipo de equipamento de cama elástica, tendo em vista que não se classifica como Brinquedo e por esta razão não possui certificação pelo Inmetro, o que acarreta ausência de regulamentação. Por consequência, um grande volume de acidentes traz dissabores aos pais e a quem trabalha, pois o volume de acidentes envolvendo crianças está crescente”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, “bem como para fixar um índice de reajuste da multa prevista no art. 6º da proposta”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Requerimentos**

21) REQ. FIN 93/2015	Ver. ABOU ANNI (PV)			
Data do Requerimento: 08/12/2015				
<p>REQUEIRO, na forma regimental, ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Nobre Vereador José Police Neto, que seja CONVIDADO o Ilmo. Diretor Superintendente da SOCICAM, Sr. José Mário Lima de Freitas, para participar de Reunião desta Comissão Permanente, em dia e hora a ser designada, a fim de prestar esclarecimentos pertinentes ao CONTRATO nº. 2009/0087-01-00 entabulado pela empresa com a São Paulo Transporte S.A, assim como oferecer os documentos que foram requisitados no Requerimento nº. 66/2015, contudo não apresentados, quais sejam:</p> <p>- Termo de Referência;</p> <p>- notas fiscais pertinentes a todos os móveis, utensílios e equipamentos previstos no item 4.3 do contrato e descritos no item 6.8.4 do Anexo I I - Termo de Referência, entregues para ser incorporados ao patrimônio da SPTrans através do referido termo firmado em 24/11/2011;</p> <p>- Termo de entrega dos móveis, utensílios e equipamentos para ser incorporados ao patrimônio da SPTrans firmado em 24/11/2011;</p> <p>Destarte, consoante as funções atinentes desta Douta Comissão, mister se faz aprovar o convite em questão. Por ser medida que se impõe!</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

<b>22) REQ. FIN 94/2015</b>	Ver. ABOU ANNI (PV)
Data do Requerimento: 08/12/2015	
<p>REQUEIRO que, nos termos do artigo 46, inciso XV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Nobre Vereador José Police Neto, seja oficiado o Ilmo. Presidente da CET - Companhia de Engenharia de Tráfego, Sr. Jilmar Tatto, para que envie à secretaria desta Comissão, as cópias do processo administrativo que autorizou e contratou, através de licitação, modalidade pregão, consórcios objetivando a substituição da sinalização viária, através das atas de registro de preço n°. 1/2015, 2/2015, 3/2015 e 4/2015.</p>	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Pauta da 32ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 09/12/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Com efeito, insta asseverar que as cópias requisitadas são necessárias para que a presente Comissão possa visualizar o custo unitário de cada placa de sinalização de trânsito substituída em razão da diminuição do limite de velocidade permitido para diversas vias da Capital, assim como quem são as pessoas jurídicas consorciadas para esse mister, além das dotações orçamentárias oneradas e os respectivos empenhos realizados.

Destarte, em razão de tais questões carecerem de respostas do Requerimento nº 62/2015 desta Comissão, forçoso se faz a sua aprovação.

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-